

RESENHA

PROBLEMAS E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES PARA O VÍNCULO ENTRE LINGUAGEM E LEITURA

MARTINS, Maria Helena, (org.) **Questões de linguagem.** São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Repensando o ensino)

SONIA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA¹

Esta obra é uma compilação de vários textos de professores e pesquisadores da USP, UNICAMP e outras instituições, preocupadas com o atual processo educacional brasileiro que envolve questões de linguagem. Os trabalhos editados incursionam por experiências e reflexões que tencionam solucionar falhas e dificuldades do ensino da língua.

Dentre os problemas apresentados Haquira Osaka-*be* reflete sobre a "educação linguística" inclusa em um processo educacional "burocratizante" e "estigmatizante". Somado a este processo, Adilson Odair Citelli exemplifica como a falta de planejamento, no ensino da linguagem verbal, ignora e pouco usufrui da linguagem dos meios de comunicação de massa como instrumento para estudos semânticos da língua.

Maria Helena Martins nos revela suas inquietações demonstrando a dicotomia que se faz entre a linguagem verbal e visual, visto que a escola, ainda, "restringe a noção de leitura a um processo racional de atribuição de significado à palavra escrita...". (p. 97). Nesta linha de pensamento, a autora demonstra as possibilidades de intersecção entre o visual e o verbal, alertando para a prática de leitura de várias linguagens e em vários níveis. Sugere que linguagem e leitura devam ser processos dinâmicos, sugestivos, entrelaçando a "imaginação visiva e verbal".

Na busca de elementos responsáveis pela crise da leitura, enorme culpabilidade se atribue à televisão. Maria Thereza F. Rocco atenta ao poder e à onipotência deste meio de comunicação de massa; faz um entrelaçamento da TV e literatura, demonstrando que a leitura de um texto televisual "nos impõe de fora e de cima a necessidade de uma recepção veloz...", ao passo que o texto literário "nos lança em um corpo-a-corpo direto com aquele "real" contato e recriado, ... permitindo o demorar-se" (p. 85). Mencionando Teixeira Coelho, a autora conclue que a televisão deve ser considerada um veículo de lazer, e não de cultura de massa, visto que suas funções de educação e informação deixaram de ser exercidas. Desta forma, as deficiências no ensino da linguagem se iniciam com o uso de cartilhas como instrumento de alfabetização.

Mary Julia M. Dietzch, pesquisando as cartilhas utilizadas por cinco décadas, descreve que as mesmas não retratam em seu conteúdo a evolução do contexto histórico-cultural e seus textos são caracterizados pela impessoalidade, onde "a fala é negada ao leitor" (p. 38). Neste contínuo de pensamento Marisa Lajolo exemplifica, com fragmentos de textos, a "impessoalidade" e "objetividade" da linguagem da ciência e o cruzamento desta com a linguagem da poesia. No entanto, um dos fatores estimuladores de tantas deficiências pode estar na maneira pela qual o professor lê o texto do aluno. Sobre este aspecto, João Wanderley Geraldi tece considerações baseadas em observações feitas com alunos e professores, e conclue que as falhas de leitura do professor sobre o texto do aluno se detêm na linguagem, esquecendo-se do trabalho que se faz com a mesma. Sugere que o professor pode levar o aluno à reescrita do texto através de "operações linguísticas de adição, de substituição, de detalhamento, etc." (p. 53).

Maria Lúcia Z. Souza, evidenciando as dificuldades com o ensino da leitura na escola, incursiona por fatos que ocorrem nesta instituição, relacionando-os com a linguagem, a alfabetização e a pouca possibilidade que se dá ao aluno de "interpretar, representar, ou captar o mundo pela palavra" (p. 75).

Ana Maria B. Garcez Yasuda, diante da constatação de que a escola tem formado "muitos alfabetizados nas letras e que poucos sabem efetivamente ler" (p. 77), faz considerações sobre o uso do livro didático de português nas escolas, cuja "concepção de construção do conhecimento" está longe do ideal e/ou do desejado.

Na busca de soluções, alguns autores relatam experiências e pesquisas que servem de base para demonstrar as possibilidades de progresso no ensino da linguagem e da leitura. Deste modo, Raquel S. Fiad e Maria Laura T. Maryrink-Sabinson relatam e exemplificam a experiência de reescrita de textos com alunos universitários, onde os mesmos foram "leitor e revisor de seus textos e dos seus colegas". A experiência mostrou-se positiva, na medida em que as mudanças levaram a uma maior adequação ao tipo de texto exigido, provo-

1 - Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina, Caixa Postal 6001, Londrina, Paraná, Brasil, CEP 86051-970, Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUCAMP.

cando modificações que visavam torná-lo mais claro ou adequado para a leitura.

Observamos que essa pode ser uma experiência para remediar as deficiências de escrita, que obviamente contribuirão para um avanço nas aptidões de leitura. Entre as modificações passíveis de ocorrer, Sonia Ignez G. Fernandez relata uma atividade de mediação do professor, no trabalho de leitura com estudantes universitários e professores da rede municipal e estadual de ensino de São Paulo. Tendo por base teórica os estudos de Wolfgang Iser sobre "A interação do texto com o leitor", a autora conclui e corrobora a argumentação de Iser de

que "a interação fracassa quando as projeções dos participantes não sofrem mudanças ou quando as projeções do leitor se impõem independentemente do texto" (p. 69).

Considerando a imensa crítica que se faz ao baixo nível e à pouca leitura do brasileiro, os textos mostram o entrelaçamento da linguagem, da escrita e da leitura. Apresenta instrumentos que possibilitam modificar esta realidade. As experiências relatadas deixam-nos um alento, carregado de pensamentos positivos, de que é possível sair de um modelo opressor para um modelo libertador.

SOUZA, Solange de Cassia I. de¹. **Merenda escolar na complexidade do quadro institucional: a experiência do Paraná.** São Paulo, 1992. Dissertação (Mestre em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

No Brasil, o processo de industrialização prevalecente desde os anos 50 contribuiu para o agravamento das disparidades sociais, cuja base está fundamentada na concentração de renda e na manutenção de grande parte da população à margem deste processo. A repercussão social do desenvolvimento econômico, isto é, a distribuição dos seus benefícios foram extremamente desiguais para o conjunto da sociedade, revelando a alimentação e a nutrição como algumas das suas mais expressivas carências básicas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar apresenta-se como parte da solução de curto prazo para este problema; sua perspectiva modificou-se com a oportunidade propiciada pelo período de transição político-institucional que conduziu à redefinição do papel do Estado na sociedade e sua forma de expressão federal, e de modo particular, com a Carta Constitucional de 1988 que valorizou o município e consagrou o direito da criança à alimentação escolar. Neste contexto, o trabalho tem como objetivo o exame do percurso institucional da merenda escolar dentro da perspectiva descentralizadora dos anos 80. Parte dos aspectos mais gerais a respeito da pobreza, fome e desnutrição no Brasil, passa pelos programas de alimentação e nutrição implementados no país e se fixa na questão da merenda escolar. Detém-se no estudo da experiência da descentralização da alimentação dos escolares no estado do Paraná, percebendo-se diferentes alternativas para o tratamento da questão. Por fim, a dissertação enfatiza a necessidade de mudanças nas articulações institucionais orientadas por um planejamento que reconcilie as dimensões técnica e social, promovendo a prática de um novo relacionamento entre o Estado e a sociedade civil.

1 - Docente do Departamento de Economia/CESA – Universidade Estadual de Londrina, Caixa Postal 6001, Londrina - Pr, Brasil, CEP 86051-970